

REQUERIMENTO Nº /2008
(Do Sr. João Oliveira)

Requer realização de Audiência Pública para discutir a situação dos servidores administrativos e auxiliares da Secretária da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o cumprimento dos Acordãos de número 503-TCU-1ª Câmara e de número 1738/2005 – TCU – 1ª Câmara.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, na forma regimental, ouvido o plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública para discutir a situação dos servidores administrativos e auxiliares da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, o cumprimento dos Acordãos de número 503 - TCU - 1ª Câmara e de número 1.738/2005 – TCU – 1ª Câmara.

Para esta reunião serão convidados o senhor Nelson Machado, Secretário Executivo do Ministério da Fazenda; senhor Duvanier Paiva Ferreira, Secretário de Recursos Humanos do Ministro do Planejamento; Senhor Jorge Antônio Daher Rachid, Secretário da Receita Federal do Brasil; senhor Luís Inácio Lucena Adams, Procurador -Geral da Fazenda Nacional; Senhora Sandra Lia Simón, Procuradora-Geral do Trabalho, Senhor Jorge Hage, Controlador-Geral da União, Senhor Mauro Antônio Toledo, Diretor da 2ª Secretaria de Controle Externo – SECEX do Tribunal de Contas da União, Senhor Arsênio José da Costa, Secretário da 2ª Secretaria de Controle Externo – SECEX do Tribunal de Contas da União.



8A47D1A000

JUSTIFICAÇÃO

O Tribunal de Contas da União – TCU, através dos Acordãos de número 503 de 2008 determinou à Secretaria da Receita Federal a correção do desvio funcional dos servidores administrativos e auxiliares, hoje em número de aproximadamente três mil e duzentos (3.200) lotados em todas as unidades da Secretaria da Receita Federal e mil e trezentos (1.300), lotados na Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Considero de fundamental importância esse debate, para que possamos discutir e corrigir essas distorções e contemplar a categoria dos servidores administrativos e auxiliares da Secretaria da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que há anos contribuem para o alcance da meta do Governo Federal.

Sala das Comissões, em 06 de Maio de 2008.

Deputado **JOÃO OLIVEIRA**

DEM/TO



8A47D1A000